

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)

SAULO DE TARSO DOS ANJOS FREITAS

PROGRAMA CALHA NORTE: uma contribuição para a Defesa Nacional

Resende

2016

SAULO DE TARSO DOS ANJOS FREITAS

PROGRAMA CALHA NORTE: uma contribuição para a Defesa Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Militares apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras sob a orientação do Major Art Wellington Ferreira Gomes.

Resende

2016

SAULO DE TARSO DOS ANJOS FREITAS

PROGRAMA CALHA NORTE: uma contribuição para a Defesa Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Militares apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras sob a orientação do Maj Art Wellington Ferreira Gomes.

COMISSÃO AVALIADORA

Maj Art Wellington Ferreira Gomes – Orientador

Avaliador

Avaliador

Resende

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado forças e condições de estudar na Academia Militar das Agulhas Negras. Agradeço a minha família pelo incondicional apoio dado, principalmente nos momentos difíceis. E ao meu orientador pelos essenciais conselhos para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

FREITAS, Saulo de Tarso dos Anjos. **Programa Calha Norte**: uma contribuição para a Defesa Nacional. Resende: AMAN, 2016. Monografia.

Este trabalho tem a finalidade de analisar a contribuição que o Programa Calha Norte (PCN) propicia para a Defesa Nacional. Possui como objetivo verificar os resultados do programa nos últimos anos, fazendo a ligação destes resultados com os objetivos impostos pelo programa. O trabalho objetiva, também, observar a relevância da questão amazônica na Política de Defesa, levando em consideração os documentos que regem a Defesa Nacional. Para se chegar a estes objetivos, portanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, bem como uma pesquisa documental e de caráter exploratório. E para auxiliar essa pesquisa, a metodologia adotada foi a hipotético-dedutiva e para coleta de dados, escolheu-se o fichamento. Como resultado, o trabalho comprovou que os objetivos e ações do Programa Calha Norte realmente contribuem significativamente para a defesa da Amazônia e, conseqüentemente, garantem a defesa regional. Por fim, faz-se um alerta para que o PCN mantenha sua integridade face ao desafio que é ser um projeto de desenvolvimento e integração de uma região complexa, bem como ratificar que o caminho adotado pelo PCN contribui para Soberania Nacional.

Palavras-Chave: Programa Calha Norte, Amazônia, Defesa Nacional, Política de Defesa, Soberania Nacional.

ABSTRACT

FREITAS, Saulo de Tarso dos Anjos Freitas. **Northern Channel Program**: a contribution to the National Defence. Resende: AMAN, 2016. Monograph.

This work aims to analyze the contribution that the Northern Channel Program (NCP) provides for national defense. It has as objective to verify the program's results in recent years, making the connection of these results with the objectives set by the program. The study aims also to note the relevance of the Amazon issue in Defense Policy, taking into account the documents governing the National Defense. To achieve these objectives, therefore, a literature review was performed, as well as desk research and exploratory. And for to support this research, the methodology adopted was the hypothetical-deductive and for to collection of informations, we chose the book report. As a result, the work proved that the objectives and actions of the Northern Trough really contribute significantly to the defense of the Amazon and thus this actions guarantee regional defense. Finally, an alert is made to the NCP maintain its integrity in front of the challenge it is to be a development project and integration of a complex region, and to confirm that the path taken by the NCP contributes to National Sovereignty.

Key words: Northern Channel Program, Amazon, National Defence, Defense Policy, National Sovereignty.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	9
3	A QUESTÃO AMAZÔNICA E A DEFESA NACIONAL	10
3.1	A questão amazônica segundo a Política Nacional de Defesa	11
3.2	A questão amazônica segundo a Estratégia Nacional de Defesa	13
3.3	A questão amazônica segundo o Livro Branco de Defesa Nacional	14
4	ANTECEDENTES QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DO PROJETO CALHA NORTE	17
5	OS OBJETIVOS DO PROGRAMA CALHA NORTE	21
6	OS RESULTADOS DO PROGRAMA NOS ÚLTIMOS ANOS	26
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	RERERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Estudar a Defesa Nacional, especificamente a defesa da Amazônia é, antes de tudo, um favor que é feito para a posteridade da sociedade brasileira. Isso porque, ao priorizarmos o estudo estratégico deste bioma, podem ser definidos os objetivos, as metas, as estratégias, e também programas e projetos para a defesa e o desenvolvimento de uma região que, com certeza, é a maior fonte de recursos naturais a nível global.

Sua complexidade geográfica, seus conflitos fundiários, seus conflitos com a questão indígena, com a questão do narcotráfico, seu escasso povoamento, seu nível de desenvolvimento socioeconômico deficiente, a cobiça da comunidade internacional sobre os seus recursos naturais, tudo isso revela a dimensão do desafio de criar ideias para a integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia. O propósito deste trabalho é, portanto, estudar um dos programas criados para viabilizar a difícil missão que é defender e ao mesmo tempo desenvolver a região amazônica, o Programa Calha Norte (PCN).

Esse estudo, para o meio militar, é de fundamental importância, já que as Forças Armadas, principalmente por meio do Exército Brasileiro, têm feito um antigo e essencial trabalho na região amazônica. Mesmo antes do surgimento dos diversos programas sociais de desenvolvimento e defesa da região, o EB já se fazia presente na Amazônia, quer defendendo, quer ocupando, como também faz presença e tem atuações imprescindíveis por meio do PCN. Segundo o atual Comandante do Exército, Gen Villas Bôas, em uma entrevista concedida à revista Tecnologia e Defesa (2015, p. 15):

O Estado-Maior do Exército tem recebido suporte importante do Programa Calha Norte, principalmente, em termos de recursos orçamentários ou de obras de interesse da Força na Amazônia. Assim, fica claro que o Calha Norte, como programa de governo que é, continua firme em seu propósito de vivificar a região, sempre com a participação das Forças Armadas e sob o gerenciamento do Ministério da Defesa.

Portanto, ao se fazer um trabalho sobre a contribuição do PCN para a Defesa Nacional, o objetivo é servir como um estudo para que as Forças Armadas consultem, com a finalidade de avaliar se os objetivos e resultados traçados pelo PCN estão de acordo com a missão de garantir a soberania nacional, bem como servir como uma ferramenta de correção de metas e estratégias.

Para servir como esta ferramenta de tamanha importância, o trabalho foi assim estruturado: inicialmente, foi feito um estudo da importância da questão amazônica para a Defesa Nacional. Neste momento, o foco foi fazer uma análise de como a questão amazônica é destacada nos principais documentos que regem a Defesa Nacional. Depois, o objetivo foi

levantar os antecedentes que levaram à criação do programa. Questões como a ameaça marxista na região e a eclosão de guerrilhas, como a do Araguaia, e a presença de narcoguerrilhas, como as FARC, foram os fatores de alerta que culminaram com a criação do programa. Posteriormente, a tarefa foi trazer à tona os objetivos do programa, com a finalidade de constatar se o PCN está de acordo ou não com o que os principais documentos que regem a Política de Defesa prescrevem. E, finalmente, o último objetivo do trabalho foi analisar os resultados do programa, tudo com o propósito de verificar a contribuição para a Defesa Nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura referente à questão amazônica e sua relação com a Defesa Nacional, abordando os antecedentes que levaram a criação do Programa Calha Norte (PCN) e seus objetivos.

Com o fim de analisar a contribuição do PCN para a Defesa Nacional, que é o objetivo geral deste trabalho, será apresentado o resultado de uma pesquisa de caráter exploratório, tendo como campo de investigação o resultado do Programa nos últimos 10 anos. Para isso, foi empregado como objetos de pesquisa, documentos governamentais e relatórios anuais, disponibilizados pelo Ministério da Defesa (MD). Utilizou-se o recorte temporal de 2004 a 2014, que são os anos que possuem relatórios de situação concedidos pelo MD.

A pesquisa documental foi realizada durante toda a elaboração do trabalho, uma vez que se recorreu a documentos governamentais. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram verificar a questão amazônica na Política Nacional de Defesa (PDN), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), bem como analisar os objetivos e resultados do PCN. Para auxiliar essa pesquisa, a metodologia para coleta de dados adotada foi o fichamento, que permitiu destacar trechos relevantes para elaboração deste TCC. E com relação ao método adotado, como a solução ao problema foi por meio de uma hipótese, escolheu-se o hipotético-dedutivo. A hipótese adotada foi a seguinte: se o Programa Calha Norte contemplar a décima Diretriz da Estratégia Nacional de Defesa (2008, p. 14), contribuirá para a Defesa da Nação.

3 A QUESTÃO AMAZÔNICA E A DEFESA NACIONAL

A Amazônia é prioridade nacional no que diz respeito à defesa. Isso se deve às seguintes características, segundo o Seminário de Segurança da Amazônia (2012, p. 13):

A Amazônia brasileira é, atualmente, prioridade nacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa. Abrange uma área de 5,2 milhões de Km², com densidade populacional de 3,2 hab/km², 1/3 das florestas tropicais da Terra, maior diversidade biológica do planeta e maior bacia de água doce do mundo. Essa região é detentora de exuberante fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta. Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino manifesto do Brasil.

Como se observa, devido a sua exuberante riqueza natural, a Amazônia é uma das regiões mais valiosas a nível mundial, o que a torna alvo da cobiça internacional, principalmente dos países desenvolvidos, que veem a floresta não como pertencente aos países que a possuem em seu território, mas sim pertencente a toda humanidade.

O narcotráfico também se configura como um fator que ameaça a soberania nacional relativo à Amazônia. Isso porque os vazios demográficos, aliado com a densa floresta, torna a vigilância das fronteiras, de onde vêm as drogas, uma tarefa nada fácil.

Além do narcotráfico, as ONG's estrangeiras, que defendem a internacionalização da região sob a justificativa da proteção ambiental e das comunidades indígenas; e a problemática que envolve a questão fundiária, também são provas de que se precisa trabalhar muito para que a soberania nacional na região norte do Brasil se mantenha intacta.

Diante dessas ameaças, o Brasil vem adotando medidas, ao longo dos anos, para tornar a Amazônia uma região povoada e integrada ao resto da nação. Nota-se que essa preocupação vem desde o tempo da colonização, como afirma Nascimento (2013, p. 38):

Como ilustrado anteriormente, a Amazônia surge como uma preocupação de governo já na época colonial, onde o objetivo português era evitar que o controle da foz do rio Amazonas (e conseqüentemente sua navegação) ficasse nas mãos de outras potências europeias, como Holanda, Inglaterra e França. A ocupação da região, a demarcação das fronteiras e o estabelecimento de núcleos de povoamento em regiões estratégicas sob o ponto de vista da defesa foram as marcas desse primeiro momento de tornar a Amazônia brasileira.

Com o decorrer dos anos, já no século XX, na sua segunda metade, a preocupação do governo brasileiro passa a ser os regimes de esquerda que surgem em países como Suriname, trazendo a ameaça comunista na região numa época marcada pelo conflito da Guerra Fria.

Além disso, a questão da baixa densidade populacional também se torna um fator incomodante. (NASCIMENTO, 2013)

E mais recentemente, na década de 1990, ainda segundo Nascimento (2013, p. 39):

Já na década de 1990, o fantasma da “internacionalização” volta com uma nova roupagem: a questão ambiental. Esse período foi marcado por grande pressão internacional pela internacionalização da Amazônia, apoiada no discurso ambientalista que ganhou forças após a Conferência de Estocolmo em 1972 e, principalmente, após a Eco-92 realizada no Rio de Janeiro.

Como se vê, ao longo dos anos, a apreensão com a defesa da Amazônia sempre esteve presente. E essa inquietação fez com que o Programa Calha e o Sistema de Vigilância da Amazônia, por exemplo, fossem criados para tornar menos complicada a tarefa de defender uma região tão rica e valiosa.

A necessidade de tornar a empreitada da defesa da região amazônica um compromisso nacional, tanto para as gerações do presente como do futuro, fez com que o governo brasileiro registrasse nos documentos de defesa (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional) essa preocupação com a defesa deste bioma. E é o que veremos posteriormente, o registro do compromisso nacional com a questão amazônica.

3.1 A questão amazônica segundo a Política Nacional de Defesa

A Política Nacional de Defesa (PND) foi lançada em 1996 e teve uma revisão em 2005 com o acréscimo do conceito de Segurança e com a inclusão da visão de segurança coletiva, que é aquela na qual se discute a presença de uma ameaça comum a um grupo de países que cooperam entre si. Esse documento traz os objetivos e orientações para uma defesa mais eficiente da nação. Nota-se uma relevância dada à questão amazônica, confirmando o compromisso do Brasil demonstrado nos anos anteriores quando da criação do Projeto Calha Norte em 1985.

A Política Nacional de Defesa é o documento de mais alto patamar do planejamento de ações destinadas à defesa do Brasil coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada para ameaças externas, concebe os objetivos e orientações para o preparo e o emprego de militares e civis em todas as esferas do Poder Nacional, a favor da Defesa Nacional. (BRASIL, 2005).

Apesar do Brasil não estar envolvido em guerras há anos, a intenção da PND é justamente criar no brasileiro o interesse pela questão da Defesa Nacional. (NASCIMENTO, 2013). Em países desenvolvidos, como nos EUA, a participação da sociedade em assuntos relativos às Forças Armadas e, conseqüentemente, em assuntos de Defesa Nacional é bem

expressiva, ao ponto da opinião pública influenciar nos rumos da Política de Defesa daquele país. O intuito da PND é, portanto, criar cidadãos conscientizados e capazes de cooperar, com pensamento crítico, a favor de manter e lutar pela soberania nacional. Confirmamos isso com o comentário de Nascimento, ao dizer que “[...] o documento também se ocupa de promover assuntos relativos à segurança e defesa para a sociedade civil, buscando, ao menos teoricamente, uma desmistificação da temática perante a sociedade brasileira.” (2013, p. 66).

No que tange a temática amazônica, observa-se que a PND frisa, inicialmente, a importância dada à questão da segurança ambiental. Nos dias atuais, nos quais os recursos naturais estão cada vez mais escassos, sobressaem os países que possuem grande biodiversidade e imensas áreas a serem exploradas. Essas nações acabam, inevitavelmente, sendo alvos do interesse internacional, principalmente das grandes potências, que necessitam cada vez mais de recursos para manterem seus níveis de produção e consumismo elevados. Cabe, portanto, aos países amazônicos, a união para fazerem frente às ameaças externas e isso é conquistado a partir da criação de sistemas de segurança em conjunto.

A PND ressalta, também, a vivificação das fronteiras, que é uma tarefa delegada, especificamente, às Forças Armadas. Cabe a essas entidades tanto a intensificação da presença nas fronteiras do Estado, como também a integração da região norte do país:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias.

A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (BRASIL, 2005, p. 5)

Mas para que ocorra esta atuação das Forças Armadas de forma eficiente, o documento também faz alusão ao adestramento, modernização e integração destas ao destacar os Objetivos Nacionais de Defesa em seu sétimo objetivo, que diz: “VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional.” (BRASIL, 2005, p.7).

Do observado acima, nota-se que a Política Nacional de Defesa preocupa-se muito com a defesa da região norte, com o fortalecimento da presença do Estado nas fronteiras, mas também com sua integração com o resto do Brasil. É interessante constatar que o Projeto Calha Norte já tinha esses objetivos quando da sua criação, em 1985, para com a Amazônia brasileira. A PND só veio a confirmar e intensificar o compromisso traçado anos antes.

3.2 A questão amazônica segundo a Estratégia Nacional de Defesa

Estratégia está ligada com a forma como se faz algo, as diretrizes, o caminho que deve-se traçar para se chegar a determinado objetivo. A Estratégia Nacional de Defesa (END), criada em 2008, no governo Lula, difere da Política Nacional de Defesa ao priorizar o “como fazer”. A PND, diferentemente, fornece os objetivos a serem alcançados com relação à Defesa Nacional.

Segundo Nascimento (2013, p. 71), “[...] a END não busca ser um documento estritamente de defesa militar (mesmo abordando esses aspectos em seu conteúdo), mas, sobretudo um grande plano político-estratégico para a defesa nacional.” Logo, para por em prática esse plano, a END relaciona suas diretrizes, dentre as quais temos: (BRASIL, 2008: 11-15):

1. Dissuasão da concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir o uso do espaço aéreo nacional por tais forças;
2. Organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença;
3. Desenvolvimento das capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras;
4. Desenvolvimento, firmado na capacidade de monitorar/controlar, da capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão (a mobilidade estratégica);
5. Unificação das operações das três Forças, além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos;
6. Aumentar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras;
7. Priorização da região amazônica;
8. Desenvolvimento, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, principalmente na região amazônica;
9. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o conceito de flexibilidade no combate.

Observa-se que estas diretrizes destacadas estão relacionadas, direta ou indiretamente, à defesa da Amazônia. Entretanto, quando é abordada a décima diretriz, “*Priorização da região amazônica*”, é que se nota a importância dada à questão. E essa diretriz está diretamente

ligada à segunda diretriz, uma vez que para assegurar as fronteiras amazônicas, é imprescindível o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

Outra observação feita é com relação à décima segunda diretriz. No ambiente amazônico, a END associa essa diretriz com a capacidade de “assegurar que as forças convencionais adquiram predicados comumente associados a forças não convencionais.” (BRASIL, 2008, p. 15). Ou seja, torna-se importante que as Forças Armadas tenham a capacidade de atuar como força não convencional para combater em ambientes que exijam esse tipo de conflito. E a Amazônia tem tido a ameaça das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), uma força não convencional, daí a observação feita no documento.

Mais adiante no documento, a END aborda questões relacionadas com flexibilidade e elasticidade dentro do Exército Brasileiro. No caso da região amazônica, o documento diz que são necessárias adaptações necessárias devido à natureza deste teatro de operações, tais como o investimento em tecnologias e em dispositivos de monitoramento espacial, aéreo e terrestre; a disponibilidade de meios logísticos e aéreos para apoiar unidades de fronteira isoladas em áreas remotas, exigentes e vulneráveis; e a formação de um combatente detentor das qualificações necessárias às atividades de um combatente de selva. Logo após, o documento comenta sobre o desenvolvimento sustentável da região como uma questão de flexibilidade no Exército Brasileiro para a defesa daquele território. Para isso, aborda que é imprescindível a regularização fundiária e a solução dos conflitos por terras. (BRASIL, 2008).

E, finalmente, no capítulo “Medidas de implementação”, a END menciona como um aspecto a ser melhorado “a promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte” (BRASIL, 2008, p. 45). Nota-se que tudo que a END disse anteriormente com relação à garantia da soberania nacional na Amazônia pode ser resumido com essa menção de fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte, visto que na grade de objetivos do PCN atesta toda essa preocupação com a defesa da porção setentrional do país.

3.3 A questão amazônica segundo o Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é um documento que explica, de forma mais aprofundada, quais eixos (orçamentário, tecnológico, dentro outros) que compõem a Defesa Nacional, além de promover o tema para a sociedade brasileira (intenção já verificada nos documentos de defesa anteriores). (NASCIMENTO, 2013). Mas a principal finalidade

deste documento é funcionar como um mecanismo de confiança mútua, ou seja, ele divulga os gastos com a defesa nacional, explica os programas relacionados com defesa/integração nacional, menciona armamentos, aeronaves e viaturas utilizadas pelas Forças Armadas, tudo com a finalidade de dar transparência nas atividades relacionadas à segurança do Estado brasileiro, transmitindo, assim, estabilidade e paz aos outros países.

O primeiro capítulo do livro trata do patrimônio nacional que tem implicação imediata com a defesa nacional. Questões como princípios básicos do Estado, população, símbolos nacionais e a própria defesa em si são tratados neste capítulo. Mas quando é discutido acerca do território é que a questão amazônica é abordada. A partir daí, é dada ênfase na questão da cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Amazônia. Além disso, é ressaltado o conceito de “faixa de fronteira”, no sentido de investimentos para adensar a presença nacional na fronteira norte, que é um reflexo dessa política de cooperação mútua com os países vizinhos no combate aos ilícitos transnacionais.

No capítulo dois, quando é tratado do ambiente estratégico do século XXI, ao citar os regimes internacionais sobre meio ambiente, o livro diz que o Brasil reafirma o direito soberano de cada nação de explorar seus recursos naturais segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, seguindo o “Princípio 2” da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD, ou Rio-92). (BRASIL, 2011). Ou seja, o país não aceita que outros países interfiram ou deem sugestões de como o Brasil deve explorar o ambiente amazônico, pois o que se observa, nos dias atuais, é que muitas potências mundiais criticam a maneira pela qual o Brasil explora e lida com a floresta equatorial.

Posteriormente, o livro menciona dois importantes projetos diretamente relacionados com a defesa nacional e com a da Amazônia. São eles: o SisFron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) e o Programa Calha Norte. O primeiro permite que o Exército mantenha as fronteiras monitoradas por meio da alta tecnologia de satélites, bem como permite uma pronta resposta a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região amazônica. O Programa Calha Norte, por sua vez:

[...] é de grande importância para o aumento da presença do Estado em uma área ao mesmo tempo carente e sensível, contribuindo para a defesa e a integração nacionais. Sua influência se faz presente em aproximadamente 30% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil. (BRASIL, 2011, p. 169)

Figura 1 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.

Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2011.



Como se observa, a preocupação nacional com a questão amazônica está presente nos três principais documentos estratégicos relacionados com a defesa nacional. Nestas fontes, a Amazônia é destacada como prioridade. Os objetivos criados na PND para defendê-la, e a consequente criação de estratégias na END para se chegar a tais objetivos foram tarefas que levaram tempo e só foram possíveis depois da constatação de que a defesa da região amazônica é imprescindível para a soberania nacional.

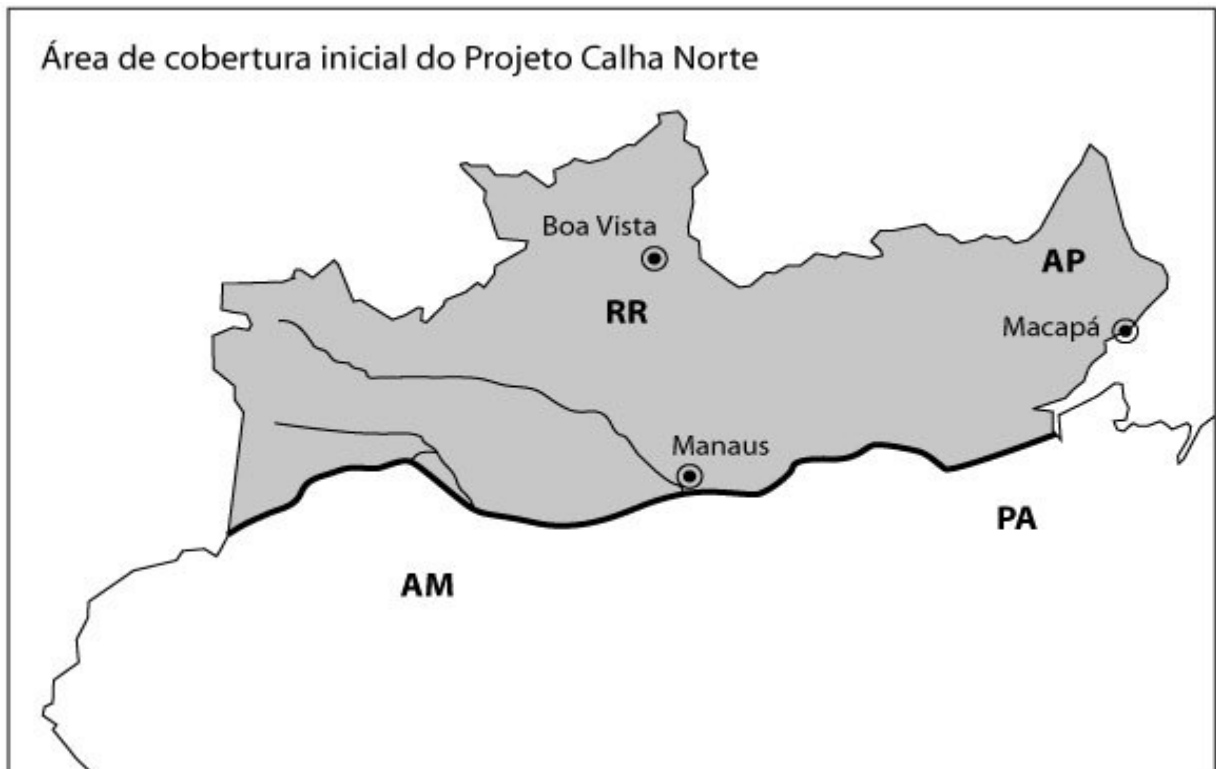
Agora, focar-se-á num desses projetos de defesa e integração da Amazônia, criado para se tornar um instrumento chave na Política de Defesa Nacional e o tema principal deste trabalho: O Programa Calha Norte.

4 OS ANTECEDENTES QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DO PROJETO CALHA NORTE

O Projeto Calha Norte, que antes era conhecido como “Desenvolvimento na região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas” (posteriormente denominado “Programa” no final dos anos noventa), surgiu em 1985 com o intuito de reforçar as fronteiras setentrionais brasileiras, bem como promover a ocupação e o desenvolvimento sustentável e ordenado da região. (NASCIMENTO, 2013). Nos seus primórdios, o PCN abrangia uma área de 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal. (SILVA, 2004). A figura a seguir, mostra a área inicial do PCN.

Figura 2 – Área de cobertura inicial do Projeto Calha Norte.

Fonte: SILVA, Marcelle Ivie da Costa. *Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)*. 2004. 135 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2004.



As motivações para a criação desse projeto são várias, dentre as quais se destacam: a cobiça internacional, a ameaça de Cuba na crise do Suriname, os problemas relacionados com a extração ilegal de minérios em terras indígenas e nas fronteiras brasileiras, o narcotráfico e o contrabando, bem como a ameaça de guerrilhas, tanto externas como internas. Mas com certeza, o principal motivo, que levou à criação do Programa Calha Norte, foi, sem dúvida, a

necessidade de ocupar e ao mesmo tempo integrar a região norte com resto do país, bem como ocupar sua imensa faixa de fronteira.

Em 1977, o Itamaraty propunha a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Essa ofensiva diplomática brasileira tinha alguns propósitos. Primeiro era extinguir a desconfiança regional. O outro era trazer para as discussões os dois países do Norte (Guiana e Suriname), tirando-os do isolamento a que estavam submetidos como ex-colônias, ao mesmo tempo pressionando a Venezuela que reivindicava o território de Essequibo, na atual Guiana. Por outro lado, um dos objetivos foi o de reduzir o impacto do Tratado de Cartagena, conhecido como Pacto Andino, firmado alguns anos antes, em 1969, e que abrangia praticamente os mesmos países (Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Peru e Bolívia). Esse tratado restringia o acesso dos produtos brasileiros àqueles mercados. (MYIAMOTO, 1989). Uma outra finalidade da criação do TCA foi a união de seus países em prol da preocupação com a preservação ambiental na região.

Anos depois, o TCA não obteve o êxito almejado, muito disso em virtude do complexo ambiente amazônico e da falta de uma presença militar na região. O PCN então surgiu como viabilizador desse tratado, no sentido de fazer presença, principalmente militarmente na região.

Antes de ser um projeto que viabilizasse o TCA, diversos fatores levaram à criação do Projeto Calha Norte. Um fator relevante, que criou a necessidade de se fazer um projeto que vislumbrasse a soberania nacional na região amazônica foi a ameaça comunista, que, em meados da década de 1980, ainda era uma questão de preocupação na política nacional, mesmo com o fim dos governos militares.

E essa preocupação originou-se da presença da influência de Cuba na região. Segundo Miyamoto (1989, p. 154):

A ascensão de Bouterse ao governo do Suriname em 1980 pode ser entendida como a preocupação inicial para a atuação do governo brasileiro naquela região, já que foi considerada um elemento complicador junto às fronteiras do Norte, por parte não só das Forças Armadas, mas também pelo Ministério das Relações Exteriores. Esse temor tinha suas razões: Bouterse poderia representar perigo para o território nacional, porque como novo homem forte em Paramaribo, apresentava-se simpático a causa marxista, e via com agrado a possibilidade de explorar as relações com o regime de Fidel Castro que, aproveitando-se da circunstância favorável, enviou àquele país, seus diplomatas mais competentes para auxiliar o novo governo. Ou mesmo a possibilidade de Bouterse receber auxílio do dirigente líbio Kadhafi, que se prontificou a tal.

Outro fator crucial para que as autoridades brasileiras se preocupassem com a defesa nas fronteiras da região norte é a cobiça da comunidade internacional, justificada pela questão da proteção das terras indígenas, de onde se extraía minérios.

A comunidade internacional, principalmente as principais potências à época, sob o discurso de proteger terras indígenas, por meio de ONG's, tentavam abrir um caminho para criação de um Estado autônomo em terras amazônicas. É o que relata Miyamoto (1989, p. 159):

Poderíamos dizer que as prioridades se resumem a dois itens: evitar a internacionalização da Amazônia e a criação de um Estado autônomo. Ambos encontram-se diretamente ligados, ou seja, ao permitir-se o surgimento de um Estado Yanomani, abre-se um precedente para alterações do *statu quo* nessa parte do continente.

O narcotráfico também foi e continua sendo um fator preocupante para a Política de Defesa Brasileira. Segundo Nascimento (2013, p. 1523) “O narcotráfico é apontado nos documentos estratégicos nacionais como uma das ameaças à segurança regional que hoje persistem na Amazônia e que devem ser combatidas por meio de programas técnicos regionais.”

A ameaça de guerrilhas, tanto internas como externas, também serviram para que as autoridades brasileiras acendessem a luz de alerta. No plano doméstico, ainda se temia as consequências da Guerrilha do Araguaia. E externamente havia, à época, um movimento guerrilheiro colombiano chamado M-19 que, segundo Miyamoto (1989, p. 157), fazia “[...] incursões em território brasileiro, [...] fazendo com que o Exército, comandado pessoalmente pelo general Octávio de Medeiros, realizasse manobras neste local em 1985.” Ainda, segundo Nascimento (2013, p. 98), havia nas fronteiras brasileiras “[...] a existência de guerrilhas na Colômbia – comandadas pelo Exército de Libertação Nacional (ELN) e pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).” Isto comprovava a instabilidade nas fronteiras e a necessidade cada vez mais iminente de se fazer um projeto que contemplasse a segurança das terras amazônicas.

Como foi visto, a motivação da criação do PCN partiu da necessidade de criar mecanismos que propiciassem uma ocupação do território eficaz, bem como da necessidade de defender as fronteiras. Com o tempo, a área de abrangência do Programa foi se ampliando, tendo em vista a necessidade de ampliar os benefícios advindos do PCN para todas as faixas de fronteira, bem como para o interior amazônico. De acordo com o Portal do Ministério da Defesa¹, abrangendo 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 Km da faixa de fronteira, em 6 Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima),

¹ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>>. Acesso em 28 Abr 2016.

o Programa Calha Norte atua numa área que corresponde a 32% do Território Nacional. Nesta área habita 46% da população indígena do Brasil e cerca de 8 milhões de pessoas.

Figura 3 - Abrangência atual do PCN.

Fonte: Portal do Ministério da Defesa.²



² Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>>. Acesso em 28 Abr 2016.

5 OS OBJETIVOS DO PROGRAMA CALHA NORTE

Observados os antecedentes que levaram à criação do Programa Calha Norte, serão analisados, agora, os objetivos do programa, levando em consideração as metas do projeto na época em que foi criado, em 1985, e os objetivos atuais do PCN, fazendo, assim, uma comparação entre o presente e o passado do programa. Feita essa análise, se fará outro confronto, agora com a Estratégia Nacional de Defesa, com a Política Nacional de Defesa e com o Livro Branco de Defesa Nacional, com a finalidade de verificar se os objetivos traçados levam em conta ou não a contribuição para a Defesa Nacional.

O PCN nasceu da necessidade de fazer frente às ameaças à soberania nacional no ambiente amazônico. Estas ameaças, como foi visto no capítulo anterior, foram tanto de ordem externa (cobiça internacional, ameaças de narco-guerrilhas, de grupos esquerdistas etc) como de ordem interna (consequências da guerrilha do Araguaia, fronteiras desguarnecidas, imensos vazios demográficos, baixa integração com o restante do país, desenvolvimento regional abaixo da média nacional etc). Os objetivos traçados, portanto, tinham a finalidade de combater tais ameaças. Nascimento (2013, p. 100) destaca esta questão no seguinte trecho:

Em seu início, o foco principal do projeto era a manutenção da soberania brasileira sobre território amazônico com o afastamento das possíveis ameaças a esse território. A solução que foi apresentada pelo Projeto Calha Norte foi o adensamento da presença do Estado por meio das Forças Armadas na região. A maior parte dos recursos foi alocada nos Ministérios Militares e serviram para a construção de quartéis, construção de infraestrutura para navegação e outras obras implementadas na zona de fronteira que facilitaram o patrulhamento dessa região.

Como se vê no trecho, as Forças Armadas tiveram e ainda têm uma grande participação no PCN. Isso se evidenciou no início do projeto, em que a falta da presença militar, principalmente do Exército Brasileiro, inviabilizaria o desenvolvimento inicial do projeto, uma vez que, segundo Nascimento (2013, p. 102), a presença militar proporcionava “melhor deslocamento e assentamento na região”. E ainda, segundo Silva (2009, p. 27), para o papel de desenvolver a Amazônia ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, “tiveram participação fundamental as Forças Armadas Brasileiras, mormente o Exército Brasileiro, o qual foi incumbido de implantar dezenas de Pelotões de Fronteira [...], tornando, então, as fronteiras mortas em fronteiras vivas e vigiadas.”

No entanto, no início dos anos 1990, os investimentos no Projeto Calha Norte caem, porque o governo deixa de priorizar projetos ligados aos militares, já que como houvera o fim da Guerra Fria e do conflito Leste-Oeste (NASCIMENTO, 2013), a preocupação de uma

eventual invasão comunista deixa de existir, uma vez que um dos motivos e, talvez, um dos principais para a criação do PCN, foi a ameaça marxista nas fronteiras.

Por outro lado, com o passar dos anos, o Programa Calha Norte é reestruturado e passa ter novos objetivos e investimentos. Segundo Silva (2009, p. 35), “o PCN foi afastado gradativamente dos objetivos iniciais que culminaram com sua criação.” Essa mudança verificada no projeto está relacionada com a nova ordem mundial que se instalou após a Queda do Muro de Berlim. Os objetivos do programa antes desse evento eram outros, voltados principalmente para fazer frente a uma ameaça do bloco comunista, bem como voltado para a ocupação dos vazios demográficos, mas não havia um propósito de desenvolvimento da região. Silva (2004, p. 58) destaca essa mudança nos objetivos no seguinte trecho:

No momento da criação do PCN, havia preocupação com a necessidade de ocupação da área – considerada um vazio demográfico pelos militares – e também preocupação com a existência de grupos de esquerda em países vizinhos (algo compreensível num mundo bipolar, no contexto da Guerra Fria). Já atualmente, o que fica evidente é a preocupação com a soberania e a integridade territorial.

Após a revisão do PCN, este passa a ter uma preocupação adicional com o desenvolvimento socioeconômico da região. De acordo com Nascimento (2013, p. 103):

Após a reestruturação do Calha Norte em 1997, a alteração da sua denominação nos anos 2000 de Projeto para Programa Calha Norte e a ampliação da sua área de atuação em 2003 e 2006, o PCN se firma como um programa territorial promovido pelo Estado para defesa e, principalmente nesta segunda fase do Programa, desenvolvimento da região amazônica.

Com essa reestruturação, o Programa Calha Norte passou a ter duas vertentes: a civil e a militar. A militar ocupa-se da manutenção da soberania nacional e da integridade amazônica, enquanto que a civil promove o desenvolvimento ordenado da região sob a atuação do PCN. (NASCIMENTO, 2013). No início do PCN, em 1985, a vertente militar era quase que total, mas com a renovação, surge a vertente civil efetivamente. Nascimento (2013, p. 104) faz uma observação relevante ao afirmar que “A mais importante mudança pela qual passou o Calha Norte desde sua criação, dando fôlego para que o programa conseguisse se reerguer do baixo investimento [...], foi a mudança da prioridade da vertente militar para a vertente civil”. Pode-se constatar isso com as tabelas a seguir, que mostram como o PCN teve seus investimentos aumentados após sua renovação.

Tabela 1 - Demonstrativo Comparativo do PIB e de investimentos no PCN (1986-2002).

Anos	PIB <i>(US\$ Milhões)</i>	PCN <i>(US\$ Milhões)</i>	% PIB
1986	257,810	14120	5,4
1987	282,360	14916	5,2
1988	205,710	16298	7,9
1989	415,920	47311	11,3
1990	469,318	16357	3,4
1991	405,679	9652	2,3
1992	387,295	9261	2,3
1993	429,685	5616	1,3
1994	543,087	6591	1,2
1995	705,449	4798	0,6
1996	775,475	2950	0,3
1997	807,814	4063	0,5
1998	787,889	3912	0,4
1999	536,554	676	0,1
2000	602,207	10084	1,6
2001	510,360	5533	1,0
2002	451,005	9050	2,0

Fonte: NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional:** uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2013.

Tabela 2 - Comparação do PIB com investimentos do PCN (2003 – 2011).

Anos	PIB <i>(R\$ Milhões)</i>	PCN <i>(R\$ Milhões)</i>
2003	2 974 602,69	42,445
2004	3 144 520,71	67,327
2005	3 243 877,30	235,694
2006	3 372 238,67	191.531
2007	3 577 655,57	455,021
2008	3 762 677,51	301,679
2009	3 750 270,93	253,57
2010	4 032 804,64	376,777
2011	4 143 013,34	484,951

Fonte: NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional:** uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2013.

Do observado, depreende-se que a vertente civil teve grande parcela de contribuição para a renovação e conseqüente crescimento do Programa. Investimentos governamentais e municipais, a partir de convênios firmados, foram os responsáveis pelo crescimento da região,

o que trouxe uma grande dependência regional com relação ao PCN, já que a população dos municípios agraciados tem acesso a benefícios essenciais para a sobrevivência, tais como saúde, educação, transportes, saneamento básico, segurança, tornando o programa, portanto, um instrumento de extrema importância estratégica para a Amazônia.

A seguir estão destacados os objetivos atuais do Programa Calha Norte³:

Objetivo Principal:

O Programa Calha Norte tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região.

Objetivos específicos:

- aumento da presença do Poder Público na área de atuação do PCN;
- contribuição para a defesa nacional;
- assistência às suas populações da área de atuação do PCN;
- fixação do homem na área de atuação do PCN;
- promoção do desenvolvimento sustentável;
- ocupação de vazios estratégicos;
- integração da população à cidadania e ao conjunto nacional;
- melhoria do padrão de vida das populações da área de atuação do PCN;
- modernização do sistema de gestão municipal da área de atuação do PCN; e
- fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da área de atuação do PCN.

Nota-se que alguns objetivos permanecem desde a criação do projeto, como o de fixar o homem na área de atuação do Programa Calha Norte. E outros, entretanto, foram acrescentados com a reestruturação, como o de fortalecer as atividades econômicas estaduais e municipais da área de atuação do PCN. Mas a essência do programa mantém-se a mesma: ser um instrumento capaz de contribuir para a Defesa Nacional. E essa contribuição é comprovada pelos documentos federais que regem a Defesa Nacional. A Política Nacional de Defesa destaca que é imprescindível para a Amazônia a vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, bem como o adensamento da presença do Estado. E esses fatores de sucesso estão relacionados nos objetivos acima citados. Por exemplo, o 1º, o 2º e o 5º objetivos do programa acima relacionados estão diretamente envolvidos com o que a PND prescreve, como se vê no trecho abaixo:

A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (BRASIL, 2005, p. 5).

A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, também demonstra que os objetivos traçados pelo Programa Calha Norte contribuem para a Defesa Nacional. A décima diretriz da END diz que a priorização da Amazônia, ou seja, a defesa deste ambiente passa por três fatores: o monitoramento/controle, a mobilidade e a presença, bem como exige um avanço de

³ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011>>. Acesso em 13 Abr 2016.

projeto de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2008). Logo, observa-se que os objetivos do PCN estão de acordo com a Estratégia Nacional Defesa e, conseqüentemente, contribuem para a Defesa Nacional.

Já com relação ao Livro Branco de Defesa Nacional, observa-se que os objetivos do programa de ocupar vazios estratégicos e de promover o desenvolvimento sustentável estão destacados no LBDN como prioridades, demonstrando, portanto, o alinhamento do Programa Calha Norte com as diretrizes do livro:

Ressalta-se o conceito de “faixa de fronteira” adotado pelo Brasil, consolidado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei. Embora este conceito esteja preliminarmente ligado à Defesa Nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais. (BRASIL, 2011, p. 15).

O objetivo do PCN de contribuir com a Defesa Nacional também é destacado no livro, no qual é dito que a importância do Calha Norte reside justamente neste objetivo. Segundo o LBDN, “O Calha Norte é de grande importância para o aumento da presença do Estado em uma área ao mesmo tempo carente e sensível, contribuindo para a defesa e a integração nacionais.” (2011, p. 169).

Do que foi visto até aqui, percebe-se que o Programa Calha Norte, teoricamente, está muito bem alinhado com o que os documentos que regem a defesa da Amazônia prescrevem. Nota-se que o programa, após seu período inicial, foi remodelado exclusivamente para promover o desenvolvimento sustentável e, em decorrência, a defesa das terras e das fronteiras amazônicas.

No final das contas, no entanto, o que importa é se, concretamente, o programa está conseguindo alcançar seus objetivos e produzindo os resultados a que se propôs. É preciso, portanto, verificar se o programa contribui efetivamente e eficazmente para a Defesa Nacional. E para isso, é necessário verificar os resultados do PCN na prática. No próximo capítulo, se fará a análise desse aspecto, tratando inicialmente das diretrizes que o programa traçou para se chegar aos objetivos. Posteriormente, se fará a análise dos resultados para verificar a sua contribuição para a Defesa Nacional.

6 OS RESULTADOS DO PROGRAMA NOS ÚLTIMOS ANOS

O foco deste trabalho, neste momento, será realizar uma análise dos resultados apresentados pelo Programa Calha Norte nos últimos anos. Para isso, serão apresentadas, primeiramente, as diretrizes que foram traçadas para se chegar a tais resultados. Os relatórios de situação do PCN disponibilizados pelo Ministério da Defesa em seu portal, além de outros documentos, serviram de base para analisar os resultados. Depois de analisá-los será feita uma relação entre os resultados e os objetivos do programa, a fim de constatar ou não se os resultados estão de acordo com a Política Nacional de Defesa, com a Estratégia Nacional de Defesa, com o Livro Branco de Defesa Nacional e, conseqüentemente, contribuindo ou não com a Defesa Nacional.

No capítulo anterior, foi visto que com a sua reestruturação, o PCN começou efetivamente a produzir resultados satisfatórios. E o que teve grande parcela de contribuição nisso foi o sistema de convênios firmados, a partir das transferências de recursos, entre o Ministério da Defesa, os estados e os municípios. Nota-se que o consenso dos moradores da região de que o Estado está ausente e que as Forças Armadas são as únicas a se preocuparem com seus problemas (SILVA, 2004) está desaparecendo, já que com a modalidade dos convênios, o Estado pôde aprovar a transferência de recursos aos estados e municípios, aumentando, assim, a presença da vertente civil no programa. Segundo o Portal do Ministério da Defesa⁴, “A modalidade de transferência de recursos por ‘Convênio’ firmou-se como alternativa eficaz à tradicional forma de atuação do Programa proporcionando considerável aumento de benefícios para as populações carentes da Região do Calha Norte.” Pode-se ver isso com ações implementadas pelo Ministério da Defesa dentro do programa que, por intermédio de órgãos e instituições governamentais e complementadas, foram feitas a partir de parcerias com a iniciativa privada. Estas ações, com o propósito de atingir os objetivos do PCN, passaram a ser da ordem de três a partir de 2013 (duas na vertente militar e uma na vertente civil), todas aprovadas na Lei Orçamentária:

Vertente Militar: Ação 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da Região da Calha Norte – Esta ação contempla 04 (quatro) Planos Orçamentários (PO) a saber: PO 0001 - Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte; PO 0002 - Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte; PO 0003 - Logística Operacional para apoio às atividades do Calha Norte; PO 0004 - Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte, e PO 0005 - Ações Cívico-Sociais, em apoio a Comunidades Carentes,

⁴ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011>> . Acesso em 13 Abr 2016.

na área de atuação do Programa Calha Norte. **Ação 2452** - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte. **Vertente Civil: Ação 1211** - Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte.⁵

As ações voltadas para o desenvolvimento regional seguem diretrizes estabelecidas para se chegar aos objetivos do PCN. Estas Diretrizes, chamadas de Estratégicas, estão relacionadas abaixo⁵:

- Implantar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas de Defesa, Econômica, Educação, Esporte, Saúde, Social e de Transportes nos municípios da área de atuação do PCN, criando condições para a fixação do homem na Região;
- Melhorar a qualidade de vida das populações atendidas;
- Integrar socialmente comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na Região;
- Intensificar a troca de informações e articular com órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), de modo a identificar as necessidades de obras de infraestrutura na área de atuação do Programa;
- Aplicar os recursos orçamentários do Programa nas obras de infraestrutura, com finalidade de produzir resultados geradores de renda e emprego, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva, melhoria das condições de vida e a fixação do homem em suas localidades.

O que se observa é que o Programa Calha Norte não se pauta somente em ações e estratégias de ordem estritamente militar. Para o programa, a defesa eficaz da Amazônia passa, também, pelo desenvolvimento socioeconômico de uma região que, como foi visto nos capítulos anteriores, possui deficiências crônicas, tais como a falta de presença do Estado, o baixo povoamento e a infraestrutura precária.

A seguir serão apresentadas tabelas que constam o valor total aplicado dos recursos nas ações do PCN nos últimos anos (2004 a 2014). Os dados foram extraídos dos relatórios de situação do programa que o Ministério da Defesa disponibiliza em seu portal. A finalidade da divulgação dos relatórios de situação é “dar transparência à iniciativa, sobretudo quanto aos investimentos governamentais canalizados para a realização do programa”.⁶

Tabela 3 - Recursos aplicados de 2004 a 2006.

AÇÕES	VALORES EM R\$
Em 2004	67.327.280,00
Em 2005	235.694.311,00
Em 2006	191.531.197,00

Fonte: Adaptado de tabelas do Portal do MD.⁶

⁵ Disponível em:

<http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/convenios/diretrizes_pcn_ago_2015.pdf>. Acesso em 24 Maio 2016.

⁶ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/relatorios-de-situacao>>. Acesso em 23 Maio 2016.

Observa-se que somente a partir de 2007 o PCN teve suas ações divididas nas vertentes civil e militar:

Tabela 4 - Recursos aplicados em 2007.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	421.021.000,00
Ações na Vertente Militar	34.000.000,00
TOTAL:	455.021.000,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁷

Tabela 5 - Recursos aplicados em 2008.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	237.829.114,00
Ações na Vertente Militar	63.850.000,00
TOTAL:	301.679.114,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁷

Tabela 6 - Recursos aplicados em 2009.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	111.280.499,94
Ações na Vertente Militar	77.550.000,00
TOTAL:	188.830.499,94

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁷

Tabela 7 - Recursos aplicados em 2010.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	308.777.792,00
Ações na Vertente Militar	68.000.000,00
TOTAL:	376.777.792,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁷

Tabela 8 - Recursos aplicados em 2011.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	416.951.546,00
Ações na Vertente Militar	68.000.000,00
TOTAL:	484.951.546,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁷

⁷ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-ca-lha-norte/relatórios-de-situacao>>. Acesso em 23 Maio 2016.

Tabela 9 - Recursos aplicados em 2012.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	387.780.000,00
Ações na Vertente Militar	82.130.174,00
TOTAL:	469.910.174,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁸

Tabela 10 - Recursos aplicados em 2013.

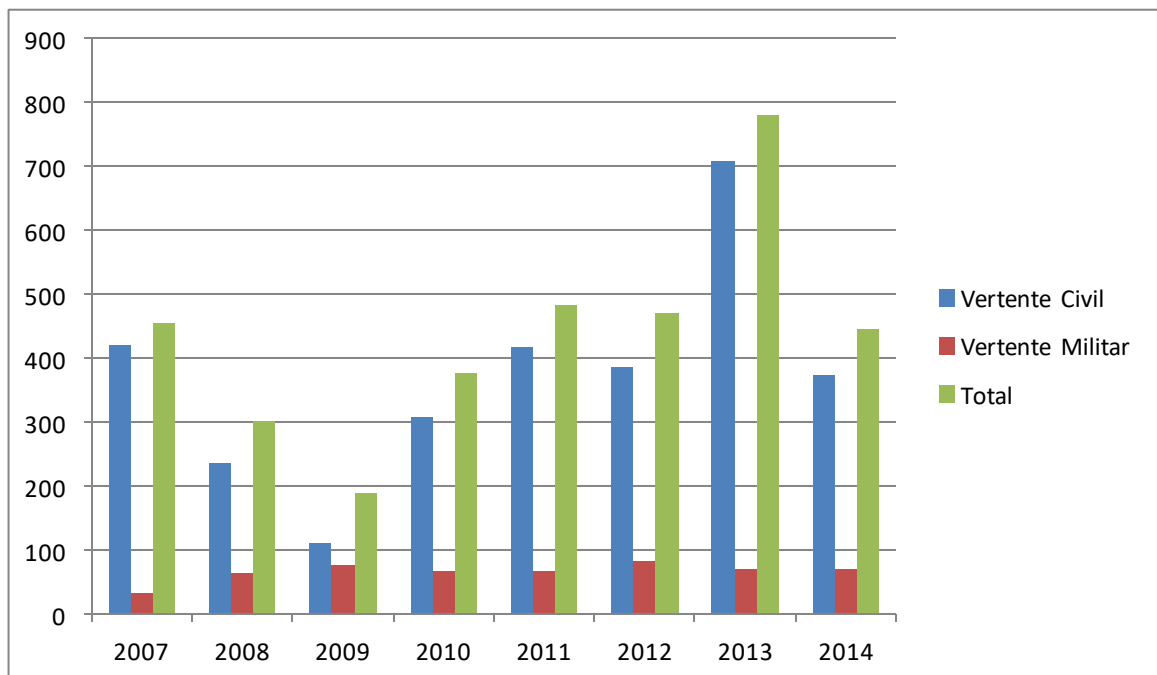
AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	707.710.310,00
Ações na Vertente Militar	72.000.000,00
TOTAL:	779.710.310,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁸

Tabela 11 - Recursos aplicados em 2014.

AÇÕES NAS VERTENTES	VALORES EM R\$
Ações na Vertente Civil	374.740.755,00
Ações na Vertente Militar	72.000.000,00
TOTAL:	446.740.755,00

Fonte: Adaptado da tabela do Portal do MD.⁸

Gráfico 1 - Comparação dos recursos aplicados por vertente em milhões de reais.

Fonte: Adaptado do Portal do MD.⁸

⁸ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/relat%C3%B3rios-de-situacao>>. Acesso em 23 Maio 2016.

A seguir, serão apresentados alguns registros recentes dos resultados do PCN.⁹

- Construção de hospitais em São Gabriel da Cachoeira/AM e Iauaretê/AM;
- Construção, ampliação e recuperação de quase três dezenas de aeródromos;
- Construção do quartel da 1ª e 16ª Brigada de Infantaria de Selva;
- Construção do quartel do Comando de Fronteira do Rio Negro/5º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- Edificação de 08 Pelotões Especiais de Fronteira;
- Construção de 200 Km da BR-307, ligando São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira Brasil/Colômbia/Venezuela;
- Construção da BR-156, no trecho Calçoene-Oiapoque, no Amapá;
- Construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira/AM;
- Implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant/AM;
- Instalação do Centro de Treinamento Profissional de Tabatinga/AM;
- Construção de numerosos poços tubulares para fornecimento de água potável;
- Recuperação de mais de uma centena de salas de aula;
- Construção e equipamento de 15 centros de saúde em áreas indígenas;
- Aquisição de 04 Unidades Volantes de Saúde - barcos - para atendimento a comunidades isoladas;
- Construção de dezenas de creches;
- Demarcação de 36 áreas indígenas.

Do observado, pode-se constatar que os resultados do programa estão de acordo com o seu objetivo, que é o de promover o aumento da presença do Estado (construção de Pelotões Especiais de Fronteira, por exemplo), contribuindo para a Defesa Nacional ao proporcionar ajuda às populações (construção de escolas e hospitais, por exemplo) e ao fixar o homem na região (conjugação de todos os benefícios advindos do PCN). E como os objetivos do programa estão de acordo com a Política Nacional de Defesa, com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Livro Branco de Defesa Nacional (como foi visto no capítulo anterior), pode-se afirmar que o Programa Calha Norte contribui efetivamente para a Defesa Nacional.

Feito essa constatação, depreende-se que é de extrema importância a manutenção do programa para que ele continue ajudando na defesa da Amazônia. Mas para isso é necessário enfrentar alguns desafios, como o corte de gastos oriundo da crise econômica atual. É preciso ter em mente que um programa governamental “arrojado e multidisciplinar” como o PCN não pode ter seus recursos cerceados. Outra questão preocupante que compromete o funcionamento programa, bem como a geração dos resultados a que se propõe, é a corrupção que, se não for combatida de forma adequada (como exigir transparência), pode acarretar na falência do PCN e, conseqüentemente, em prejuízo à defesa da Amazônia e à soberania nacional.

⁹ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011>>. Acesso em 13 Abr 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de defender a Amazônia não é simples, porque não é apenas uma questão de ocupar e vigiar, é preciso ocupar, povoar, vigiar, desenvolver e integrar. Só uma região complexa proporciona este desafio. E complexa em todos em sentidos: região que detém um dos maiores biomas da Terra, com a maior diversidade biológica do planeta, maior bacia de água doce do mundo e com diversos recursos minerais. Uma região com toda essa riqueza com certeza será alvo de cobiça de outros países. Mas também é alvo de conflitos, sejam ambientais, fundiários, contrabando de animais silvestres ou o narcotráfico. Como se observa, uma região que abarca toda essa complexidade não poderia ficar sem um projeto que viabilizasse tanto o impulso do desenvolvimento de todos esses potenciais, como o enfrentamento dos seus desafiadores problemas. O Programa Calha Norte surgiu justamente para assumir essa empreitada.

O PCN revelou-se como um programa modelo na Defesa Nacional. Em seu primórdio revelava-se como um programa que priorizava apenas a ocupação militar e cabia unicamente às Forças Armadas, especialmente ao Exército Brasileiro, a tarefa de ocupar os vazios demográficos, principalmente nas faixas de fronteira. Não havia, portanto, a proposta de integração da defesa militar propriamente dita com o desenvolvimento socioeconômico. Posteriormente, com a revitalização do programa, é que a essa proposta foi criada. E ela foi crucial para o sucesso do PCN, já que descentralizou a incumbência que antes só era das Forças Armadas para o Estado. E isso foi imprescindível para o maior desenvolvimento dos municípios abrangidos pelo programa.

Hoje, o que cabe, portanto, ao programa é continuar neste rumo e se preocupar com o futuro. Os maiores desafios para o programa no futuro são três: o primeiro será a corrupção. Como foi visto no capítulo anterior, apenas mecanismos que proporcionem transparência e a constante fiscalização, tanto do Estado como da sociedade, pode combater esse problema no PCN, que é constante na sociedade brasileira; o segundo será a questão ambiental: só uma visão sustentável possibilitará a exploração do potencial amazônico pelo programa sem prejudicar a preservação do meio ambiente; e o terceiro, a cobiça internacional foi uma questão que contribuiu para a criação do programa e será o maior desafio do PCN daqui a alguns anos, visto que a cada dia os recursos naturais do mundo estão se esgotando.

A Amazônia será cada vez mais cobiçada e cabe ao Brasil, por meio do PCN, garantir a soberania nacional deste bioma num futuro de caos.

Por fim, a Amazônia não seria a mesma se não tivesse o PCN nos “bastidores” nos últimos 30 anos. O programa é responsável pelo atual estágio de desenvolvimento da região Norte do Brasil. E ele exerce suas atividades com louvor, indo sempre ao encontro do seu propósito, que é de contribuir para a Defesa Nacional.

REFERÊNCIAS

BÔAS, Eduardo Dias da Costa Villas. Uma nova Força Terrestre para o Exército de sempre. **Tecnologia e Defesa**, Osasco – SP, ano 32, n. 142, p. 15, 2015. Entrevista concedida à revista Tecnologia e Defesa.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Área de atuação do Programa Calha Norte**. Portal do Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>>. Acesso em 28 Abr 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2011.

_____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. 2005.

_____. Ministério da Defesa. **Programa Calha Norte**. Portal do Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011>>. Acesso em 13 Abr 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Programa Calha Norte**. Portal do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/convenios/diretrizes_pc_n_ago_2015.pdf>. Acesso em 24 Maio 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Relatórios do Programa Calha Norte**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/relatorios-de-situacao>>. Acesso em 23 Maio 2016.

_____. **Seminário de Segurança da Amazônia**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Livro-Amazonia.pdf>>. Acesso em 01 Maio 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Diplomacia e Militarismo: O Projeto Calha Norte e Ocupação do Espaço Amazônico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, UnB/REL, v. 1, n. 1, p. 145-163, mar. 1989.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial**. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2013.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. 135 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2004.

SILVA, Paulo Ramos Baptista da. **O Projeto Calha Norte e a Política Externa Brasileira a partir de 1985**. 2009. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.